Tabela 1.3 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Defensoria Pública

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Maio/2020 a Abril/2021

RGE - ANEXO 1 (Portaria STN nº 72/2012 art 11 I)

RGF - ANEXO 1 (Portaria STN nº 72/2012, art. 11, 1)															
	DESPESAS EXECUTADAS														
DECRECA COM DECOCAL	(Últimos 12 Meses)														
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM	TOTAL
													TOTAL	RESTOS A PAGAR	
	05/2020	06/2020	07/2020	08/2020	09/2020	10/2020	11/2020	12/2020	01/2021	02/2021	03/2021	04/2021	(ÚLTIMOS	NÃO	
													12 MESES)	PROCESSADOS	
													(a)	(b)	(c = a + b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.376.222,41	5.332.457,43	5.345.862,69	5.371.829,75	5.336.395,84	5.358.523,02	5.657.719,49	5.072.143,69	5.572.300,31	5.830.104,15	5.678.489,40	5.680.536,02	65.612.584,20		65.612.584,20
Pessoal Ativo	5.287.719,14	5.243.954,16	5.257.359,42	5.283.326,48	5.247.892,57	5.270.019,75	5.569.216,22	4.895.137,15	5.483.797,04	5.741.600,88	5.589.986,13	5.592.032,75	64.462.041,69	1	64.462.041,69
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	4.546.962,04	4.488.284,83	4.483.610,74	4.503.106,14	4.469.797,77	4.492.318,74	4.072.384,79	4.081.699,68	4.626.859,42	4.898.452,56	4.748.007,46	4.751.127,92	54.162.612,09	1	54.162.612,09
Obrigações Patronais	740.757,10	755.669,33	773.748,68	780.220,34	778.094,80	777.701,01	1.496.831,43	813.437,47	856.937,62	843.148,32	841.978,67	840.904,83	10.299.429,60	1	10.299.429,60
Benefícios Previdenciários														1	
Pessoal Inativo e Pensionistas	88.503,27	88.503,27	88.503,27	88.503,27	88.503,27	88.503,27	88.503,27	177.006,54	88.503,27	88.503,27	88.503,27	88.503,27	1.150.542,51	1	1.150.542,51
Aposentadorias, Reserva e Reformas	88.503,27	88.503,27	88.503,27	88.503,27	88.503,27	88.503,27	88.503,27	177.006,54	88.503,27	88.503,27	88.503,27	88.503,27	1.150.542,51	1	1.150.542,51
Pensões														1	
Outros Benefícios Previdenciários														1	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de														1	
forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														1	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														1	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	88.877,94	52.654,20	80.760,91	94.059,55	83.897,90	77.430,98	82.472,23	144.243,34	384.435,71	70.088,43	66.789,26	66.789,26	1.292.499,71	1	1.292.499,71
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	36.223,74	0,00	8.125,44	16.628,57	6.466,92	0,00	5.041,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72.485,92	1	72.485,92
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														1	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00					331.804,62	3.299,17	0,00	0,00	335.103,79		335.103,79
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	52.654,20	52.654,20	72.635,47	77.430,98	77.430,98	77.430,98	77.430,98	144.243,34	52.631,09	66.789,26	66.789,26	66.789,26	884.910,00		884.910,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.287.344,47	5.279.803,23	5.265.101,78	5.277.770,20	5.252.497,94	5.281.092,04	5.575.247,26	4.927.900,35	5.187.864,60	5.760.015,72	5.611.700,14	5.613.746,76	64.320.084,49	0,00	64.320.084,49

FONTE: SEFA/CTE - Sistema NOVO SIAF

- 1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.
- 2. Despesas com Pessoal Inativo e Pensionaistas referem-se ao valor dos Inativos e Pensionistas repassado à Paranaprevidência a partir de março/20, conf. Decreto Estadual n° 7.555/2013, que regulamentou a Lei Estadual n° 17.435/2012, devida a alteração do procedimento por parte do Poder Executivo através da SEFA a partir de março/20, conf. Decreto Estadual n° 7.555/2013, que regulamentou a Lei Estadual n° 17.435/2012, devida a alteração do procedimento por parte do Poder Executivo através da SEFA a partir de março/20, conf. Decreto Estadual n° 7.555/2013, que regulamentou a Lei Estadual n° 17.435/2012, devida a alteração do procedimento por parte do Poder Executivo através da SEFA a partir de março/20, conf. Decreto Estadual n° 7.555/2013, que regulamentou a Lei Estadual n° 17.435/2012, devida a alteração do procedimento por parte do Poder Executivo através da SEFA a partir de março/20, conf. Decreto Estadual n° 7.555/2013, que regulamentou a Lei Estadual n° 17.435/2012, devida a alteração do procedimento por parte do Poder Executivo através da SEFA a partir de março/20, conf. Decreto Estadual n° 7.555/2013, que regulamentou a Lei Estadual n° 17.435/2012, devida a alteração do procedimento por parte do Poder Executivo através da SEFA a partir de março/20, conf. Decreto Estadual n° 7.555/2013, que regulamentou a Lei Estadual n° 17.435/2012, devida a alteração do procedimento por parte do Poder Executivo através da SEFA a partir de março/20, conf. Decreto Estadual n° 7.555/2013, que regulamentou a Lei Estadual n° 17.435/2012, devida a alteração do procedimento por parte do Poder Executivo através da SEFA a partir de março/20, conf. Decreto Estadual n° 17.435/2012, devida a alteração do procedimento por parte do Poder Executivo através da SEFA a partir de março/20, conf. Decreto Estadual n° 17.435/2012, devida a alteração do procedimento por parte do Poder Executivo através da SEFA a partir de março/20, conf. Decreto Estadual n° 17.435/2012, devida a alteração do procedimento por parte do Poder Executivo através d

Curitiba,07 de abril de 2021.

Elisangela Mann Juliana Bitencourt Fernandes dos Santos Eduardo Pião Ortiz Abraão Controle Interno Defensor Público-Geral do Estado do Paraná